

» ENTREVISTA / TOMMASO DI GIOVANNI / Vice-presidente de Comunicação da Philip Morris International

Executivo da multinacional defende a regulação da venda de produtos sem fumaça no Brasil, critica a proibição dos sachês de nicotina e afirma que alternativas legais reduzem o consumo de cigarros tradicionais e o comércio ilícito

Olho no mercado nacional

» ROBERTO FONSECA

Estocolmo — Vice-presidente de Comunicação da Philip Morris International (PMI), Tommaso Di Giovanni afirma que o Brasil precisa aprofundar o debate sobre a regulamentação e rever a proibição do consumo dos produtos sem fumaça, cigarros eletrônicos, tabaco aquecido e sachês de nicotina. Em entrevista conjunta a sete jornalistas brasileiros durante o Technovation 2026, evento realizado pela multinacional na semana passada na capital da Suécia para discutir inovação e regulação na indústria tabagista, ele avalia que a América Latina começa a

seguir o caminho de países europeus e asiáticos que flexibilizam regras para esses produtos com foco na redução de danos e no combate ao mercado ilegal.

Tommaso cita exemplos recentes da Argentina e do México, que passaram a rever restrições e abrir espaço para alternativas reguladas. Segundo ele, a experiência internacional mostra que a legalização acompanhada de fiscalização reduz o consumo de cigarros tradicionais e amplia o controle sobre venda para menores de idade. Na entrevista, Tommaso defende uma abordagem “pragmática” para o tema e afirma que a proibição total fortalece o comércio ilegal.

Divulgação



A Argentina autorizou, no início do mês, a regulamentação sobre vapes e produtos sem fumaça. Qual a avaliação da PMI sobre essa mudança e como o Brasil pode discutir o assunto?

Até pouco tempo atrás, a América Latina era a região que mais proibia produtos sem fumaça, por alguma razão que eu não consigo entender. Enquanto isso, países da Europa liberalizaram esses produtos, assim como mercados da Ásia, como Japão e Filipinas, além da Nova Zelândia, que talvez tenha hoje a legislação mais avançada do mundo nesse tema, com resultados muito positivos. Na América Latina, por alguma razão, prevalecia a proibição. Recentemente, no México, houve uma decisão judicial que permitiu novamente a comercialização de sachês de nicotina e produtos de tabaco aquecido. Agora, a Argentina também alterou sua legislação e abriu o mercado para esses produtos. Pelo que li sobre a decisão argentina, um dos argumentos centrais foi o combate ao comércio ilícito. O governo percebeu que não conseguia controlar o mercado ilegal e concluiu que era melhor permitir produtos regulamentados, controlados e tributados. Dessa forma, também é possível fiscalizar melhor o acesso de menores de idade. Isso faz sentido e é o que vemos em outros países:

quando há alternativas reguladas, o consumo de cigarro cai rapidamente. A Argentina está seguindo um caminho semelhante ao de países como Nova Zelândia, Itália, Grécia e Japão. A tendência é de queda no consumo de cigarros e aumento no uso desses produtos (sem fumaça), que são menos nocivos. Com isso, a saúde pública tende a melhorar. E os Estados Unidos também tem esse tipo de legislação.

No Brasil, o cigarro tradicional é vendido em locais frequentados por crianças e adolescentes. Aqui na Suécia, vemos lojas específicas para vender produtos sem fumaça, à base de nicotina. Como funcionaria a comercialização desses novos produtos, se por acaso a venda passasse a ser permitida pelas autoridades sanitárias brasileiras?

O primeiro ponto é que vender no mercado legal é sempre melhor nessas lojas do que deixar o produto no comércio ilícito. No mercado formal, existe fiscalização. O governo pode controlar a venda e deixar claro que esses produtos não devem ser vendidos para menores. No comércio ilegal, isso é impossível. Por definição, ele é ilícito, você não controla o que acontece. Além disso, no mercado formal há controle de qualidade, o que não acontece no ilegal.

Acho que ainda falta muita informação. Existe bastante confusão no debate público. Muita gente no Brasil usa cigarro eletrônico sem sequer saber que ele é proibido. Acredito que o Brasil precisa discutir o tema com mais informação”

Há claramente um problema de fiscalização. Onde tem uma fiscalização boa, eu posso te dizer: vender pelo canal lícito é bem melhor. E em países que nem os Estados Unidos, por exemplo, a gente sabe que tem muito pouco acesso de menores aos sachês de nicotina. O CDC, que é a Agência pela Saúde Pública, e a Food and Drug Administration, que é outra agência para saúde pública, estimam que os sachês de nicotina representam de 1,8% a 2,2% do consumo. Isso é muito baixo. Por quê? Porque tem uma fiscalização boa. Tem campanhas contra o uso de menores e as empresas são responsabilizadas também. As empresas também têm responsabilidade nisso. Nas lojas próprias da PMI, por exemplo, os funcionários são treinados para não vender a menores nem para pessoas que não fumam. Em vários países europeus, existe um sistema de licenciamento e fiscalização do varejo.

No Brasil, o cigarro está presente no negócio do pequeno varejista, na padaria, no posto de combustível, no pequeno comerciante. Esses produtos sem fumaça, à base de nicotina, são mais caros. Em caso de regularização, como seriam vendidos, seriam em lojas próprias?

Eu vou te dizer o que acontece com o Iqos (um dispositivo longo de tabaco aquecido, em formato de caneta, parecido com cigarro eletrônico). No caso do Iqos, na maioria dos países a gente tem as nossas lojas. Então, o controle é feito por nós mesmos. Os nossos funcionários são treinados para não vender para menores e para quem não usa a nicotina. Mas, na maioria dos países, a gente controla a venda da parte eletrônica, o que nos dá muita margem para operar de um jeito inteligente e não vender para menores. Enquanto no varejo, daí tem

uma fiscalização em vários países que é do governo, porque, por exemplo, na Europa o varejo costumava ser monopólio de Estado. Isso é muito melhor do que deixar tudo nas mãos do comércio ilegal.

Vocês falam de transformação de um futuro com produtos sem fumaça. O que seria essa transição: o abandono total do cigarro? Seria um futuro ainda com riscos, mas sem o cigarro?

Sim, mas é bem reduzido o risco. A gente está falando de uma diferença entre um Iqos e um cigarro de 95% a menos em componentes tóxicos na fumaça. É uma diferença gigante. Não é uma diferença pequena. Risco sempre vai existir. Existe risco em várias atividades humanas. Mas as pessoas continuam fumando. No Brasil, pelo que eu saiba, o próprio Ministério da Saúde apontou aumento no consumo de cigarros. Então, pragmaticamente, faz sentido convencer essas pessoas a migrarem para produtos menos nocivos. É o que acontece aqui na Suécia, por exemplo. Apenas cerca de 5% da população fuma, e as doenças relacionadas ao tabagismo são cerca de 40% menores do que no restante da Europa. É uma diferença substancial. A própria Organização Mundial da Saúde estima que existam hoje cerca de 1 bilhão de fumantes no mundo, praticamente o mesmo número de 10 anos atrás. Ou seja: o mundo não está conseguindo abandonar o cigarro. Então, oferecer alternativas aos consumidores é importante. Nos países onde esses produtos continuam proibidos, essa visão de redução de danos não consegue avançar, e as pessoas seguem fumando.

Existem críticas relacionadas ao apele desses produtos entre jovens e à falta de regulamentação, especialmente no Brasil. Isso não é um problema real?

Sim, esses são pontos que precisam ser levados a sério. Jovens e menores de idade não deveriam usar nicotina. Concordamos totalmente com isso. Também concordamos que precisamos existir regras claras, fiscalização e responsabilidade das empresas. O acesso de menores

deve ser limitado e as companhias precisam agir de maneira responsável. Agora, quando se fala que esses produtos seriam extremamente atrativos para jovens, os dados não necessariamente mostram isso. Nos Estados Unidos, por exemplo, dados do CDC e da FDA apontam níveis relativamente baixos de uso em comparação ao cigarro tradicional. O que defendemos é uma abordagem regulatória pragmática. O extremo não funciona. A proibição total não funciona. Ela fortalece o mercado ilegal e mantém o consumidor no cigarro tradicional.

E como funcionaria a questão de preços desses produtos? Quando a gente faz a conversão, uma carteira de cigarro no Brasil custa um terço do valor desses produtos sem fumaça. Como seria o preço de venda, então?

Aí, a gente está especulando. É difícil falar em detalhes enquanto os produtos continuam proibidos, mas, em geral, a ideia é posicioná-los em faixas semelhantes ou até inferiores às do cigarro premium. As vezes, como o imposto é menor, a gente consegue abaixar o preço. Isso acontece porque o objetivo é incentivar a migração do cigarro tradicional para alternativas menos nocivas. Quando se fala de cigarro eletrônico e sachê de nicotina, a comparação é difícil porque não se usam do mesmo jeito. No caso do tabaco aquecido, o padrão de consumo costuma ser parecido com o do cigarro, porque os produtos funcionam de maneira semelhante.

O Brasil está preparado para esse debate regulatório?

Acho que ainda falta muita informação. Existe bastante confusão no debate público. Muita gente no Brasil usa cigarro eletrônico sem sequer saber que ele é proibido. E episódios como os casos de lesões pulmonares nos Estados Unidos acabaram gerando meio generalizado, embora aqueles casos estivessem associados a substâncias específicas e ilegais. Então, acredito que o Brasil precisa discutir o tema com mais informação.

O jornalista viajou a convite da Philip Morris International

COMUNICADO DE RECALL



Veículo	Chassis Nº	Data inicial e final de fabricação
LAND ROVER RANGE ROVER SPORT EDISCOVERY 3	SALLAA145A311257 a SALLSAA545A911954 (Chassis não sequenciais)	Fabricados de 28/05/2004 até 16/09/2016

A Land Rover Brasil convoca os proprietários dos veículos LAND ROVER RANGE ROVER SPORT e DISCOVERY 3, com chassis finais não sequenciais de **5A311257** a **5A911954**, fabricados de 28 de maio de 2004 a 16 de setembro de 2016, ano/modelo 2005 a 2016, a entrar em contato com um concessionário autorizado Land Rover para agendar o serviço de verificação do engate e, se necessário, receber gratuitamente o kit de suporte de retenção do engate para reboque dos veículos.

Componente envolvido: Engate para reboque

Defeito: Nos veículos envolvidos, se as instruções para remover o engate para reboque quando não estiver em uso forem descumpridas, o mecanismo de autoajuste do engate pode deixar de funcionar adequadamente ao longo do tempo.

Risco: Nesses casos, quando o mecanismo de autoajuste não funcionar adequadamente, pode ocorrer falha no engate para reboque, causando o seu desancaxe durante o uso e a desconexão do veículo com o reboque. Isso pode, portanto, aumentar o risco de ferimentos aos ocupantes e/ou terceiros, bem como danos à propriedade.

Até o momento, nenhum acidente foi registrado no Brasil.

Solução: Os concessionários autorizados Land Rover realizarão a verificação do engate e, se necessário, fornecerão gratuitamente o kit de suporte de retenção do engate para reboque.

O tempo estimado para o reparo é de **até 30 minutos**.

Data de início do atendimento: 21 de maio de 2026.

Informações de Contato: Para verificar se o seu veículo está envolvido na presente campanha, entre em contato com o Concessionário Autorizado Land Rover de sua preferência. Para agendar previamente a realização do serviço, utilize o telefone **0800 012 2733** para clientes Land Rover. A ligação é gratuita e o serviço estará disponível de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 16h30. Também é possível contatar pelo e-mail clientelandrover@landrover.com.br, bem como pela página da marca na internet www.landrover.com.br e nas páginas do Facebook e YouTube.

Visando resguardar a segurança e a satisfação de seus consumidores, a Land Rover Brasil adota esta medida e destaca a importância do pronto atendimento a esta convocação.

Desacelere. Seu bem maior é a vida.

TARIFAÇO

Europa errou com Trump, avalia ministro da Fazenda

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, defendeu as respostas do Brasil ao tarifaço aplicado pelo governo norte-americano e disse que a Europa reagiu de maneira abrupta, em entrevista à revista francesa *Le Grand Continent*. A entrevista foi concedida no início da última semana, quando Durigan esteve em Paris para participar da Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G7. Segundo ele, o Brasil não retaliou os Estados Unidos. “Simplesmente mantivemos nossas posições firmes, rejeitando qualquer tipo de interferência. Em determinado momento, nosso país enfrentava tarifas de 50%: um imposto de 10% aplicado globalmente, mais 40% adicionais”, lembrou. “O que Lula disse a Trump e aos outros líderes na época foi que o Brasil tinha um déficit comercial com os Estados Unidos (importamos serviços, tecnologia e produtos farmacêuticos), assim como os EUA têm um déficit com a China. Se aplicarmos o mesmo raciocínio à relação entre nossos dois países, deveríamos ter sido nós a impor tarifas sobre as importações americanas no Brasil. Importamos a um preço alto, mas não adotamos essa postura hostil”.

Em seguida, Durigan disse que talvez a diferença em relação à Europa seja que o Brasil demonstrou paciência para responder ao presidente americano Donald Trump. “Embora tenhamos contestado a decisão de nos impor tarifas, não retaliamos; pelo contrário, nos posicionamos politicamente como um país soberano que não merecia

tal tratamento. A resposta europeia foi, sem dúvida, muito abrupta: tentar chegar a um acordo rápido com os Estados Unidos pode ter piorado a situação”, sustentou.

Bolsonaro

Questionado se as tarifas americanas também tinham o objetivo de exercer pressão para obrigar o governo brasileiro a tomar medidas no caso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Durigan assentiu, mas disse que essa estratégia não funcionou. “O julgamento contra Bolsonaro prosseguiu mesmo com a imposição das tarifas, e Bolsonaro foi condenado apesar da pressão geopolítica”.

Na visão do ministro, isso acabou fortalecendo a autonomia do Judiciário brasileiro, o que enviou um sinal importante para as empresas. “Porque não se trata apenas de política, mas também de previsibilidade jurídica: empresas do mundo todo querem poder levar suas disputas à Justiça e resolvê-las com confiança no sistema. Elas não querem um presidente com poderes excessivos decidindo unilateralmente o que é certo ou errado; por isso foi tão importante para nós deixar o processo legal seguir seu curso”.

Sobre as relações brasileiras com a China e a Europa, disse que o país não tem preconceitos e busca manter boas relações com o mundo inteiro, mas não quer que a China nem nenhum outro país inunde o Brasil com produtos manufaturados.